



ACÓRDÃO Nº519/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11357/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Lábrea
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Regifran de Amorim Amâncio (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5188/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Lábrea. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Sr. Regifran de Amorim Amâncio, Presidente da Câmara Municipal de Lábrea, exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso II, em razão da:
 - 10.1.1. ausência de vinculação dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Lábrea ao Regime Próprio de Previdência Social gerido pelo LÁBREA PREV;
 - 10.1.2. desproporção entre o quantitativo de servidores efetivos e comissionados; e
 - 10.1.3. desatualização do portal da transparência.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Regifran de Amorim Amâncio, Presidente da Câmara Municipal de Lábrea, exercício de 2016, no valor de **R\$ 5.000,00**, nos termos do art. 54, inciso VII, da LO-TCE/AM, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE", em razão das seguintes impropriedades:



ACÓRDÃO Nº519/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.1.** ausência de vinculação dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Lábrea ao Regime Próprio de Previdência Social gerido pelo LÁBREA PREV (descumprimento do art. 6º da Lei Municipal nº 250/2003) e do art. 40, *caput*, da CRFB/88);
- 10.2.2.** desproporção entre o quantitativo de servidores efetivos e comissionados (descumprimento do art. 37, *caput*, da CRFB/88); e
- 10.2.3.** desatualização do portal da transparência (descumprimento do art. 48, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar** que a Câmara Municipal, por meio de seu atual Presidente, vincule os servidores efetivos atuais e os futuros da Câmara Municipal de Lábrea ao Regime Próprio de Previdência Social, gerido pelo LÁBREA PREV, devendo comprovar o cumprimento no prazo de 90 dias a contar da ciência da decisão; e

- 10.4. Dar ciência** deste *decisum* à(ao):

- 10.4.1.** Sr. Regifran de Amorim Amâncio;
- 10.4.2.** Atual Presidente da Câmara Municipal de Lábrea; e
- 10.4.3.** DICAMI e DICERP.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Junho de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº519/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral